



Relatório Anual da Administração

Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.
CNPJ/MF nº 05.321.920/0001-25

Aos acionistas:
A Administração da Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. - "ERTE", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. A Companhia auferiu a sua receita em

função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

	2015	2014
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	99,99%	99,97%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que as linhas encontram-se disponíveis em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2015 a ERT realizamos os projetos: 1. Arranjos técnicos e comerciais para inserção da

geração fotovoltaica na matriz energética brasileira, 2. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 3. Gestão 2014, 5. Gestão 2015. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Boards* - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). No exercício de 2015 os resultados da Companhia foram:

	Regulatório	Societário
Lucro líquido	31.312	33.843
EBITDA	36.063	34.562

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balanco Patrimonial

	Nota	31/12/15	31/12/14
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.820	3.816
Contas a receber ativo financeiro	6	50.828	49.116
Impostos a recuperar		617	481
Outros ativos		1.819	1.921
		<u>72.084</u>	<u>55.334</u>
Não circulante			
Contas a receber ativo financeiro	6	97.157	100.250
Outros ativos		1.839	1.851
Imobilizado		50	57
Intangíveis		152	189
		<u>99.198</u>	<u>102.347</u>
Total do ativo		<u>171.282</u>	<u>157.681</u>

	Nota	31/12/15	31/12/14
Passivo Circulante			
Fornecedores		1.610	970
Tributos e contribuições sociais a recolher	7	1.050	1.058
Encargos regulatórios	9	1.777	1.657
Outros passivos		3.195	1.108
		<u>7.632</u>	<u>4.793</u>
Não circulante			
Adiantamento de clientes		1.793	2.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	4.407	4.407
		<u>6.200</u>	<u>6.755</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	10	126.941	126.941
Reservas de lucro	10	14.191	12.499
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	10	16.318	6.693
Total do patrimônio líquido		<u>157.450</u>	<u>146.133</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>171.282</u>	<u>157.681</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Reservas de lucros		Proposta de distribuição de dividendos adicionais		Lucros	
		Capital social	Reserva legal	retenção de lucros	dividendos adicionais	acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013		36.941	7.092	35.257	14.703	-	93.993
Aumento de capital		90.000	-	-	-	-	90.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.024	31.024
Dividendos adicionais aprovados		-	-	(35.257)	(14.703)	-	(49.960)
Destinação proposta à AGO							
Reserva legal		-	1.552	-	-	(1.552)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(18.924)	(18.924)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	6.693	(6.693)	-
Reserva de lucro do exercício		-	-	3.855	-	(3.855)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		126.941	8.644	3.855	6.693	-	146.133
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.843	33.843
Dividendos adicionais aprovados		-	-	-	(6.693)	-	(6.693)
Destinação proposta à AGO							
Reserva legal		-	1.692	-	-	(1.692)	-
Dividendos intermediários		-	-	-	-	(15.833)	(15.833)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	16.318	(16.318)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	10	126.941	10.336	3.855	16.318	-	157.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "ERTE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 30 de setembro de 2002 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada à Rua Olimpiadas, 66 - 8º andar - Sala C - São Paulo - SP. A Companhia possui o direito de explorar, diretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Número	Prazo (anos)	Viência até	RAP (*)	Índice de correção
083/2002	30	2032	44.786	IGPM

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.918/2015. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada na nota explicativa "Contas a Receber Ativos Financeiros".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis, foi autorizada pela Diretoria da Companhia, em 04 de março de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao custo justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto as Contas a receber do ativo financeiro estão classificadas como "empréstimos e recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2 Contratos de concessão:** De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.4 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Fornecedores são classificados como outros passivos financeiros. **3.5 Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente

(legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. 3.6.1 Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.7 Tributação:** 3.7.1. Impostos sobre a receita: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; 3.7.2. Imposto de renda e contribuição social: • **Correntes:** O imposto de renda e a contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido. • **Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicada no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.8 Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.9 Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A Companhia reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: 3.9.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identifica nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. 3.9.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. 3.9.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos. 3.9.4 Receita de juros: A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.10 Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferências totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS E REVISADOS

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada: IFRS 9 (Instrumentos financeiros) e IFRS 15 (Receita de contratos com clientes). Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: - IFRS 14 - Ativos e passivos regulatórios; - Alterações do CPC 19/IFRS 11 - Contabilização de aquisições em operações em conjunto; - CPC 27/IAS 16 e CPC 04/IAS38 - Métodos aceitáveis de depreciação e amortização; - Alterações do CPC 26/IFRS10 e CPC 18/IAS28 - Transferência ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto; - Melhorias anuais das IFRS 2012-2014; - Alterações do CPC 36/IFRS 10, CPC 45/IFRS12 e CPC 18/IAS28 - Entidades de investimento: exceção de consolidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/15	31/12/14
Caixa e bancos	66	319
Aplicações financeiras	18.754	3.497
	<u>18.820</u>	<u>3.816</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas em média, a 99,61% do CDI, (90% em 31 de dezembro de 2014), possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. CONTAS A RECEBER ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ERTÉ é, ou será recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens revertidos no final do prazo da concessão. Movimentação do ativo financeiro da concessão em 31 de dezembro de 2015:

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/15	31/12/14
Receita operacional líquida	11	39.871	37.631
Custo operacional			
Pessoal		(1.978)	(2.222)
Material e serviços de terceiros		(2.109)	(218)
Custo de implantação de infraestrutura		-	(773)
Outras		(75)	(63)
		<u>(4.162)</u>	<u>(3.276)</u>
Lucro bruto		35.709	34.355

Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(451)	(581)
Pessoal e administradores		(697)	(614)
Depreciação e amortização		(47)	(22)
		<u>(1.195)</u>	<u>(1.217)</u>

Lucro antes das despesas e receitas financeiras		34.514	33.138
Despesas financeiras	12	(314)	(1.356)
Receitas financeiras	12	1.548	714

Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		35.748	32.496
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(1.905)	(1.495)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7 e 13	-	23
		<u>(1.905)</u>	<u>(1.472)</u>
Lucro líquido do exercício		33.843	31.024
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,40	0,63
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		84.134	84.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	33.843	31.024
Outros resultados abrangentes	-	-
Total resultados abrangentes do exercício	33.843	31.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Saldo em 31 de dezembro de 2013		148.408
Receita de operação e manutenção		3.884
Receita de remuneração dos ativos da concessão		36.096
Receita de desenvolvimento de infraestrutura		773
Realização do ativo financeiro (recebimento)		(39.795)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		149.366
Receita de operação e manutenção		5.516
Receita de remuneração dos ativos da concessão		37.740
Realização do ativo financeiro (recebimento)		(44.637)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		147.985
Contas a receber ativo financeiro - circulante		50.828
Contas a receber ativo financeiro - não circulante		97.157
Total circulante e não circulante		147.985

As contas a receber ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER E DIFERIDOS

	31/12/15	31/12/14
Passivo circulante		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	394	318
PIS e COFINS	42	136
Contribuição Social - CSLL	149	124
ICMS	386	369
Outros	79	91
	<u>1.050</u>	<u>1.058</u>
Passivo não circulante		
IRPJ e CSLL diferidos (a)	4.407	4.407

a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (R1) e OCP 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2013		4.430
Imposto diferido reconhecido no resultado		(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		4.407
Imposto diferido reconhecido no resultado		-
Saldo em 31 de dezembro de 2015		4.407

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas. Em 31 de dezembro de 2015 não houve processos.

9. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/15	31/12/14
Quota de reserva global de reversão - RGR	278	302
Taxa de fiscalização do Serviço de Energia Elétrica	144	135
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.355	1.220
	<u>1.777</u>	<u>1.657</u>

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital social: O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 126.941, representado por 84.133.970 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		% do capital	
	Integralizadas	Preferenciais	Votante	Total
ALUPAR				
Investimento S.A.	18.475.373	-	43,918938%	21,959469%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	18.465.427	-	43,895295%	21,947648%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A	5.126.185	26.858.388	12,185768%	38,016241%
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A	-	15.208.597	-	18,076642%
	<u>42.066.985</u>	<u>42.066.985</u>	<u>100,00000%</u>	<u>100,00000%</u>

10.2. Reserva de lucro: 10.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 10.2.2. **Reserva de retenção de lucros:** Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. **10.3 Destinação do resultado:** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber bem como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	31/12/15	31/12/14
Lucro líquido do exercício	33.843	31.024
Constituição da reserva legal	(1.692)	(1.552)
Base de cálculo de dividendos	32	